



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GIRUÁ

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE INFORMÁTICA PARA A LOCAÇÃO DE LICENÇA POR “CESSÃO DE USO” E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, COM ACOMPANHAMENTO PERMANENTE DO SISTEMA INTEGRADO PARA A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DE PESSOAL.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 852.921,38 (OITOCENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL NOVECENTOS E VINTE E UM REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: DIA 5 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 09 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

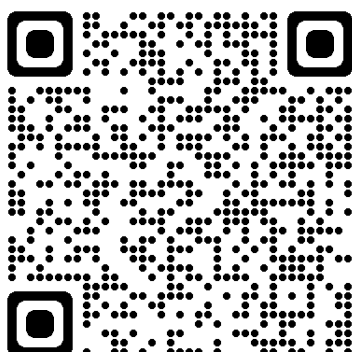
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

Acesse o portal de licitações

Pregão Online Banrisul





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2024

Município de Giruá

Secretaria Municipal de Gestão Financeira e Suprimentos

Edital de Pregão Eletrônico nº 075/2024

Tipo de julgamento: menor preço por lote

Modo de disputa: aberto

Contratação de empresa de informática, para a locação de licença por “Cessão de uso” e serviços de manutenção e suporte técnico, com acompanhamento permanente do Sistema Integrado para a Gestão Pública Municipal, migração e treinamento de pessoal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GIRUÁ, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por lote, objetivando a contratação de empresa de informática para a locação de licença por “Cessão de uso” e serviços de manutenção e suporte técnico, com acompanhamento permanente do Sistema Integrado para a Gestão Pública Municipal, migração e treinamento de pessoal, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço www.pregaoonlinebanrisul.com.br, no dia **5 de novembro de 2024, às 09 (nove) horas**, podendo as propostas e os documentos serem enviados até data de abertura da sessão pública, às 08h59min (oito horas e cinquenta e nove minutos), sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa de informática, para a locação de licença por “Cessão de uso” e serviços de manutenção e suporte técnico, com acompanhamento permanente do Sistema Integrado para a Gestão Pública Municipal, migração e treinamento de pessoal, detalhada neste Edital, no Estudo Técnico Preliminar (Anexo I) e no Termo de Referência (Anexo I-A):



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

Lote	Item	Un.	Quant.	Especificação	Valor unitário máximo admitido	Valor total máximo admitido
01	01	Mês	12	30819 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CONTABILIDADE PÚBLICA	R\$ 2.523,33	R\$ 30.279,96
	02	Mês	12	31086 - SOFTWARE EM GESTÃO MUNICIPAL - GERENCIAMENTO DE CUSTOS	R\$ 653,33	R\$ 7.839,96
	03	Mês	12	30820 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - TESOURARIA	R\$ 658,33	R\$ 7.899,96
	04	Mês	12	30821 - SOFTWARE EM GESTÃO MUNICIPAL - TRIBUTOS MUNICIPAIS	R\$ 2.510,00	R\$ 30.120,00
	05	Mês	12	31087 - SOFTWARE EM GESTÃO MUNICIPAL - CONTROLE PATRIMONIAL	R\$ 790,00	R\$ 9.480,00
	06	Mês	12	31088 - SOFTWARE EM GESTÃO MUNICIPAL - PATRIMÔNIO	R\$ 323,33	R\$ 3.879,96
	07	Mês	12	30823 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - ALMOXARIFADO	R\$ 618,33	R\$ 7.419,96
	08	Mês	12	31089 - SOFTWARE EM GESTÃO MUNICIPAL - ITBIELETRÔNICO	R\$ 886,67	R\$ 10.640,04



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

09	Mês	12	30824 - SOFTWARE EM GESTÃO MUNICIPAL - ISS ELETRÔNICO	R\$ 1.040,00	R\$ 12.480,00
10	Mês	12	31090 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA	R\$ 1.396,67	R\$ 16.760,04
11	Mês	12	30850 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SIOPS / SIOPE	R\$ 510,00	R\$ 6.120,00
12	Mês	12	17811 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PORTAL DO CIDADÃO	R\$ 361,67	R\$ 4.340,04
13	Mês	12	31091 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CONTROLE INTERNO	R\$ 388,33	R\$ 4.659,96
14	Mês	12	31092 - SOFTWARE EM GESTÃO MUNICIPAL - PROCESSOS JURÍDICOS	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00
15	Mês	12	31093 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PONTO ELETRÔNICO	R\$ 573,33	R\$ 6.879,96
16	Mês	12	30828 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - FOLHA DE PAGAMENTO	R\$ 1.613,33	R\$ 19.359,96
17	Mês	12	30851 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - E-SOCIAL	R\$ 536,67	R\$ 6.440,04



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

18	Mês	12	30833 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PORTAL DO SERVIDOR CONTRACHEQUE	R\$ 526,67	R\$ 6.320,04
19	Mês	12	31094 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PROCESSOS DIGITAIS	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
20	Mês	12	31095 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PROCESSOS DE ENGENHARIA	R\$ 756,67	R\$ 9.080,04
21	Mês	12	30830 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - COMPRAS E LICITAÇÕES	R\$ 773,33	R\$ 9.279,96
22	Mês	12	30831 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CONTRATOS E CONVÊNIOS	R\$ 546,67	R\$ 6.560,04
23	Mês	12	30832 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - DIÁRIAS E ADIANTAMENTOS	R\$ 356,67	R\$ 4.280,04
24	Mês	12	30834 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	R\$ 555,00	R\$ 6.660,00
25	Mês	12	30835 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - WEB SITE	R\$ 513,33	R\$ 6.159,96
26	Mês	12	30847 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PLANO PLURIANUAL - PPA	R\$ 313,33	R\$ 3.759,96



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

27	Mês	12	30846 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - LEIS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 340,00	R\$ 4.080,00
28	Mês	12	31096 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
29	Mês	12	20883 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CONTROLE DA AÇÃO SOCIAL	R\$ 388,33	R\$ 4.659,96
30	Mês	12	30848 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CEMITÉRIOS	R\$ 313,33	R\$ 3.759,96
31	Mês	12	31097 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO (IPM) NA ARRECADAÇÃO DO ICMS E ISS	R\$ 2.416,67	R\$ 29.000,04
32	Mês	12	30849 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - DESIF - AUTODECLARAÇÕES	R\$ 1.850,00	R\$ 22.200,00
33	Mês	12	31098 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CDAS PROTESTOS	R\$ 390,00	R\$ 4.680,00
34	Mês	12	31099 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - ABERTURA DE EMPRESAS ON-LINE	R\$ 346,67	R\$ 4.160,04
35	Mês	12	31100 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - ENGENHARIA DIGITAL	R\$ 750,00	R\$ 9.000,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

36	Mês	12	30844 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - FROTAS	R\$ 1.046,67	R\$ 12.560,04
37	Mês	12	30845 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - LICENCIAMENTO AMBIENTAL	R\$ 565,00	R\$ 6.780,00
38	Mês	12	31101 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SECRETARIA ESCOLAR	R\$ 2.653,33	R\$ 31.839,96
39	Mês	12	31102 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: CENTRAL DE VAGAS (INSCRIÇÕES E LISTA DE ESPERA)	R\$ 1.613,33	R\$ 19.359,96
40	Mês	12	31103 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CENSO ESCOLAR	R\$ 340,00	R\$ 4.080,00
41	Mês	12	31104 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - GERADOR DE GRADE DE HORÁRIO	R\$ 373,33	R\$ 4.479,96
42	Mês	12	031105 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CONTROLE DE CURSOS E EMISSÃO DE CERTIFICADOS	R\$ 383,33	R\$ 4.599,96
43	Mês	12	31106 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - RECONHECIMENTO FACIAL	R\$ 316,67	R\$ 3.800,04
44	Mês	12	31107 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PORTAL DE PAIS E ALUNOS	R\$ 513,33	R\$ 6.159,96



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

45	Mês	12	31108 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - APLICATIVO PAIS, ALUNOS E RESPONSÁVEIS	R\$ 353,33	R\$ 4.239,96
46	Mês	12	31109 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PORTAL DO PROFESSOR	R\$ 1.466,67	R\$ 17.600,04
47	Mês	12	31110 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PORTAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (WEBSITE)	R\$ 1.083,33	R\$ 12.999,96
48	Mês	12	31111 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - QUADRO FUNCIONAL	R\$ 713,33	R\$ 8.559,96
49	Mês	12	31112 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - APP MOBILE - SEGURANÇA ESCOLAR	R\$ 326,67	R\$ 3.920,04
50	Mês	12	31113 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - AGENDA DE EVENTOS E RECURSOS	R\$ 263,33	R\$ 3.159,96
51	Mês	12	31114 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - TRANSPORTE ESCOLAR	R\$ 326,67	R\$ 3.920,04
52	Mês	12	30836 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: PRONTUÁRIO ELETRÔNICO PEC	R\$ 1.366,67	R\$ 16.400,04
53	Mês	12	31115 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 716,67	R\$ 8.600,04



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

54	Mês	12	30837 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: CADASTROS	R\$ 300,00	R\$ 3.600,00
55	Mês	12	30840 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: SISTEMA DE SAÚDE ATENDIMENTOS	R\$ 416,67	R\$ 5.000,04
56	Mês	12	30838 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: VACINAS	R\$ 326,67	R\$ 3.920,04
57	Mês	12	030839 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: SISTEMA DE ESTOQUE / FARMÁCIA	R\$ 908,33	R\$ 10.899,96
58	Mês	12	31116 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CONSELHO TUTELAR	R\$ 745,00	R\$ 8.940,00
59	Mês	12	31117 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: RAAS	R\$ 323,33	R\$ 3.879,96
60	Mês	12	31118 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: FRALDAS	R\$ 236,67	R\$ 2.840,04
61	Mês	12	31119 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: PIM	R\$ 223,33	R\$ 2.679,96
62	Mês	12	31120 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: APLICATIVO AGENTES DE SAÚDE	R\$ 516,67	R\$ 6.200,04



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

63	Mês	12	31121 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	R\$ 330,00	R\$ 3.960,00
64	Mês	12	31122 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: APLICATIVO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	R\$ 290,00	R\$ 3.480,00
65	Mês	12	31123 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: APLICATIVO CONSUMO ALIMENTAR	R\$ 223,33	R\$ 2.679,96
66	Mês	12	31124 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: APLICATIVO CONSELHO TUTELAR	R\$ 216,67	R\$ 2.600,04
67	Mês	12	31125 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: APLICATIVO PACIENTE	R\$ 283,33	R\$ 3.399,96
68	Mês	12	31126 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: APLICATIVO ATIVIDADE COLETIVA	R\$ 246,67	R\$ 2.960,04
69	Mês	12	31127 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: APLICATIVO IMUNIZAÇÃO	R\$ 240,00	R\$ 2.880,00
70	Mês	12	31128 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: APLICATIVO AGENDA DE MOTORISTAS	R\$ 233,33	R\$ 2.799,96
71	Mês	12	31129 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - INTEGRADOR FINANCEIRO	R\$ 546,67	R\$ 6.560,04



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

72	Mês	12	31130 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - HOSPEDAGEM EM DATACENTER	R\$ 2.450,00	R\$ 29.400,00
73	Mês	12	31268 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CONTABILIDADE PÚBLICA CM	R\$ 1.820,00	R\$ 21.840,00
74	Mês	12	31270 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - TESOUREARIA CM	R\$ 460,00	R\$ 5.520,00
75	Mês	12	31271 - SOFTWARE EM GESTÃO MUNICIPAL - CONTROLE PATRIMONIAL CM	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00
76	Mês	12	31272 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - ALMOXARIFADO CM	R\$ 406,67	R\$ 4.880,04
77	Mês	12	31273 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - FOLHA DE PAGAMENTO CM	R\$ 1.083,33	R\$ 12.999,96
78	Mês	12	31274 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - E-SOCIAL CM	R\$ 213,33	R\$ 2.559,96
79	Mês	12	30833 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PORTAL DO SERVIDOR CONTRACHEQUE CM	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
80	Mês	12	31276 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - COMPRAS E LICITAÇÕES CM	R\$ 413,33	R\$ 4.959,96



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

81	Mês	12	31277 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CONTRATOS CM	R\$ 290,00	R\$ 3.480,00
82	Mês	12	31278 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA CM	R\$ 560,00	R\$ 6.720,00
83	Mês	12	31280 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - WEB SITE CM	R\$ 473,33	R\$ 5.679,96
84	Un.	01	31149 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONTABILIDADE PÚBLICA	R\$ 4.972,50	-
85	Un.	01	31150 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE GERENCIAMENTO DE CUSTOS	R\$ 2.211,00	-
86	Un.	01	31151 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE TESOUREARIA	R\$ 1.950,00	-
87	Un.	01	31152 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE TRIBUTOS MUNICIPAIS	R\$ 5.081,50	-
88	Un.	01	31153 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONTROLE PATRIMONIAL	R\$ 1.895,00	-
89	Un.	01	31154 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PATRIMÔNIO	R\$ 1.333,33	-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

90	Un.	01	31155 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE ALMOXARIFADO	R\$ 1.705,00	-
91	Un.	01	31156 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE ITBIELETRÔNICO	R\$ 2.333,33	-
92	Un.	01	19760 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE ISS ELETRÔNICO	R\$ 2.200,00	-
93	Un.	01	31157 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA	R\$ 2.138,50	-
94	Un.	01	31158 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SIOPS / SIOPE	R\$ 1.800,00	-
95	Un.	01	16637 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PORTAL DO CIDADÃO	R\$ 1.630,00	-
96	Un.	01	31159 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONTROLE INTERNO	R\$ 1.799,00	-
97	Un.	01	31160 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PROCESSOS JURÍDICOS	R\$ 1.515,00	-
98	Un.	01	31161 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PONTO ELETRÔNICO	R\$ 2.026,67	-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

99	Un.	01	31162 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE FOLHA DE PAGAMENTO	R\$ 3.800,00	-
100	Un.	01	31163 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE E-SOCIAL	R\$ 1.650,00	-
101	Un.	01	31164 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PORTAL DO SERVIDOR CONTRACHEQUE	R\$ 1.600,00	-
102	Un.	01	31165 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PROCESSOS DIGITAIS	R\$ 2.350,00	-
103	Un.	01	31166 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PROCESSOS DE ENGENHARIA	R\$ 3.680,00	-
104	Un.	01	31167 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE COMPRAS E LICITAÇÕES	R\$ 1.700,00	-
105	Un.	01	31168 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONTRATOS E CONVÊNIOS	R\$ 1.790,00	-
106	Un.	01	31169 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE DIÁRIAS E ADIANTAMENTOS	R\$ 1.480,00	-
107	Un.	01	16638 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	R\$ 1.620,00	-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

108	Un.	01	31170 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE WEB SITE	R\$ 1.675,00	-
109	Un.	01	31171 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PLANO PLURIANUAL - PPA	R\$ 1.330,00	-
110	Un.	01	31172 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE LEIS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 1.310,00	-
111	Un.	01	31173 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	R\$ 1.345,00	-
112	Un.	01	20884 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONTROLE DA AÇÃO SOCIAL	R\$ 1.275,00	-
113	Un.	01	31174 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CEMITÉRIOS	R\$ 1.450,00	-
114	Un.	01	31175 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO (IPM) NA ARRECADAÇÃO DO ICMS E ISS	R\$ 3.790,00	-
115	Un.	01	31176 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE DESIF - AUTODECLARAÇÕES	R\$ 2.900,00	-
116	Un.	01	31177 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CDAS PROTESTOS	R\$ 1.663,33	-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

117	Un.	01	31178 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE ABERTURA DE EMPRESAS ON-LINE	R\$ 1.700,00	-
118	Un.	01	31179 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE ENGENHARIA DIGITAL	R\$ 3.666,67	-
119	Un.	01	18359 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE FROTAS	R\$ 1.750,00	-
120	Un.	01	31180 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	R\$ 1.750,00	-
121	Un.	01	31181 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SECRETARIA ESCOLAR	R\$ 5.500,00	-
122	Un.	01	26290 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CENTRAL DE VAGAS (INSCRIÇÕES E LISTA DE ESPERA)	R\$ 1.816,67	-
123	Un.	01	26282 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CENSO ESCOLAR	R\$ 1.583,33	-
124	Un.	01	31182 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE GERADOR DE GRADE DE HORÁRIO	R\$ 1.653,33	-
125	Un.	01	31183 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONTROLE DE CURSOS E EMISSÃO DE CERTIFICADOS	R\$ 1.566,67	-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

126	Un.	01	31184 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE RECONHECIMENTO FACIAL	R\$ 1.666,67	-
127	Un.	01	31185 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PORTAL DE PAIS E ALUNOS	R\$ 1.783,33	-
128	Un.	01	31186 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE APLICATIVO PAIS, ALUNOS E RESPONSÁVEIS	R\$ 1.495,00	-
129	Un.	01	31187 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PORTAL DO PROFESSOR	R\$ 3.242,50	-
130	Un.	01	31188 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PORTAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (WEBSITE)	R\$ 1.666,67	-
131	Un.	01	31189 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE QUADRO FUNCIONAL	R\$ 1.553,33	-
132	Un.	01	31190 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE APP MOBILE - SEGURANÇA ESCOLAR	R\$ 1.250,00	-
133	Un.	01	31191 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE AGENDA DE EVENTOS E RECURSOS	R\$ 1.366,67	-
134	Un.	01	31192 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE TRANSPORTE ESCOLAR	R\$ 1.416,67	-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

135	Un.	01	31193 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: PRONTUÁRIO ELETRÔNICO PEC	R\$ 3.500,00	-
136	Un.	01	31194 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 1.600,00	-
137	Un.	01	31195 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: CADASTROS	R\$ 1.300,00	-
138	Un.	01	31196 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: SISTEMA DE SAÚDE ATENDIMENTOS	R\$ 1.500,00	-
139	Un.	01	31197 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: VACINAS	R\$ 1.300,00	-
140	Un.	01	31198 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: SISTEMA DE ESTOQUE / FARMÁCIA	R\$ 2.250,00	-
141	Un.	01	31199 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONSELHO TUTELAR	R\$ 1.566,67	-
142	Un.	01	31200 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: RAAS	R\$ 1.250,00	-
143	Un.	01	31201 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: FRALDAS	R\$ 1.333,33	-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

144	Un.	01	31202 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: PIM	R\$ 1.183,33	-
145	Un.	01	31203 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: APLICATIVO AGENTES DE SAÚDE	R\$ 2.100,00	-
146	Un.	01	31204 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	R\$ 1.433,33	-
147	Un.	01	31205 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: APLICATIVO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	R\$ 1.333,33	-
148	Un.	01	31206 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: APLICATIVO CONSUMO ALIMENTAR	R\$ 1.366,67	-
149	Un.	01	31207 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: APLICATIVO CONSELHO TUTELAR	R\$ 1.300,00	-
150	Un.	01	31208 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: APLICATIVO PACIENTE	R\$ 1.375,00	-
151	Un.	01	31209 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: APLICATIVO ATIVIDADE COLETIVA	R\$ 1.350,00	-
152	Un.	01	31213 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: APLICATIVO IMUNIZAÇÃO	R\$ 1.350,00	-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

153	Un.	01	31214 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: APLICATIVO AGENDA DE MOTORISTAS	R\$ 1.350,00	-
154	Un.	01	31215 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE INTEGRADOR FINANCEIRO	R\$ 2.266,67	-
155	Un.	01	31216 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE HOSPEDAGEM EM DATACENTER	R\$ 1.000,00	-
156	Un.	01	31281 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONTABILIDADE PÚBLICA CM	R\$ 2.633,33	-
157	Un.	01	31282 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE TESOUREARIA CM	R\$ 1.066,67	-
158	Un.	01	31284 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONTROLE PATRIMONIAL CM	R\$ 1.000,00	-
159	Un.	01	31285 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE ALMOXARIFADO CM	R\$ 1.000,00	-
160	Un.	01	31286 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE FOLHA DE PAGAMENTO CM	R\$ 1.433,33	-
161	Un.	01	31287 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE E-SOCIAL CM	R\$ 833,33	-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

162	Un.	01	31288 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PORTAL DO SERVIDOR CONTRACHEQUE CM	R\$ 866,67	-
163	Un.	01	31289 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE COMPRAS E LICITAÇÕES CM	R\$ 2.000,00	-
164	Un.	01	31290 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONTRATOS CM	R\$ 1.933,33	-
165	Un.	01	31291 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA CM	R\$ 1.166,67	-
166	Un.	01	31292 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE WEB SITE CM	R\$ 2.333,33	-

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de se credenciar previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital, as demais:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando o item 4 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.1.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1. A conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.

3.2.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas¹.

3.2.3. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, se for o caso.

3.2.4. Declaração que no corrente exercício financeiro não celebrou contratos administrativos que em conjunto superem os valores do limite do enquadramento da empresa enquanto “empresa de pequeno porte” (Art. 3º, II, Lei Complementar nº 123/06), cumprindo, assim, a condição do Art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, se for o caso.

3.2.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis

¹ Art. 63, IV, Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das propostas.

3.2.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 (duas) horas.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes vencedores deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do **Anexo II – Modelo de Proposta Comercial**, com a indicação completa do item ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante vencedora deverá enviar os seguintes documentos no sistema eletrônico no prazo de 2 (duas) horas, contados a partir da solicitação do Pregoeiro:

5.1.1. Declaração, conforme modelo do **ANEXO III**;

5.1.2. Declaração, conforme modelo do **ANEXO IV** se a licitante pretende usufruir dos benefícios descritos no item 3.2.3 e 3.2.4 deste edital.

5.1.3. No caso do licitante ser MEI, deverá apresentar o CCMEI respectivo, sendo dispensado de apresentar a declaração do **ANEXO IV**.

5.1.4. Para participação do processo licitatório a empresa licitante deverá comprovar não constar:

I. No cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União (art. 46, Lei 8.443/92) [https://contas.tcu.gov.br/ords/fp=1660:3:105712864063122:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO](https://contas.tcu.gov.br/ords/fp=1660:3:105712864063122:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO;);

II. No Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), por sanção do art. 156, IV da Lei nº 14.133/21 [<https://certidoes.cgu.gov.br/>];



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

III. No Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) [<https://certidoes.cgu.gov.br/>];

IV. No cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional da Justiça [https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php].

5.1.4.1. Para comprovação dos itens I, II, III e IV em documento único, poderá ser emitida certidão através do site: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

5.1.4.2. Em caso de eventual indisponibilidade do sistema mantido pelo Tribunal de Contas da União para emissão da certidão conjunta de que trata o item 5.1.4.1, é responsabilidade do licitante gerar as comprovações individuais a partir dos sites respectivos.

5.1.5. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.1.5.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele presta-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada. Exemplificativamente, poderão ser colacionados os seguintes documentos para comprovação:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.6. HABILITAÇÃO FISCAL:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- b) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- f) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.6.1. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos federais, estaduais e/ou municipais, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.1.7. HABILITAÇÃO TRABALHISTA:

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.1.8. HABILITAÇÃO SOCIAL:

- a)** declaração de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado ou associado menor de dezoito anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e/ou menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal; **(ANEXO III)**
- b)** declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. **(ANEXO III)**

5.1.9. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo de validade de até 03 (três) meses, contados a partir da data de emissão da certidão, conforme Decreto Municipal nº 012/2002; porém, não há óbice que a empresa em recuperação judicial participe do certame desde que comprove a capacidade econômica e financeira para execução do objeto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

5.1.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado ou declaração de capacidade técnica, obrigatoriamente pertinente e compatível com o objeto desta licitação, expedido por entidade pública ou privada, usuária do serviço em questão, comprovando que a proponente implantou e/ou que mantém em funcionamento sistemas similares aos solicitados no presente edital, incluindo pelo menos os módulos de maior relevância destacados abaixo, bem como a prestação dos serviços de provimento de data center, em condições, qualidade, características e quantidades com o objeto desta licitação.

I. Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação da razão social e CNPJ.

II. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato, estando as informações sujeitas à conferência pelo pregoeiro.

III. O atestado deverá comprovar a utilização eficaz dos sistemas informatizados dos Módulos de Maior Relevância que contemplem as respectivas áreas/funções:

- Planejamento e Orçamento Público
- Contabilidade Pública,
- Compras, Licitações e Gestão de Contratos Administrativos,
- Nota Fiscal Eletrônica de Serviços,
- Tributos Municipais (ISSQN, IPTU, ITBI, Taxas e Tarifas),
- Almoxarifado,
- Controle Patrimonial,
- Protocolo e Processo Digital
- Portal da Transparência,

b) Declaração de que a proponente tem acesso e total conhecimento sobre os programas fontes, estando apta a realizar os serviços de customização e manutenção dos programas ofertados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

5.2. Para as empresas cadastradas no Município ou no registro cadastral unificado do Portal Nacional de Compras Públicas², a documentação poderá ser substituída pelo seu certificado respectivo (que deverá ser apresentado no momento requerido), desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

5.2.1. A substituição referida no item 5.2., somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

5.2.2. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.2.3. No caso de parte dos documentos necessários à habilitação não constarem nos cadastros citados, deverão os mesmos serem enviados no sistema eletrônico simultaneamente à ficha cadastral de forma complementar.

5.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a)** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.3.1. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.4. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6. VEDAÇÕES

6.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- a)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

² <https://www.gov.br/pncp/pt-br/pncp/integre-se-ao-pncp/cadastre-se>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

8. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** contiverem vícios insanáveis;
- b)** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c)** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.3 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.4 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.5 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.6 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.7.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.7.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

8.7.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 0,01, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.7.5 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

8.7.6 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.8 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

9. MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 8.

9.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

9.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.pregaoonlinebanrisul.com.br.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

10.1.1. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

10.1.2. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 10.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

10.1.3. O disposto no item 10.1.1. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Se não houver licitante que atenda ao item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem³:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

b) empresas brasileiras;

³ Conforme o disposto no Art. 60.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

11.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

11.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos de habilitação, de que trata o ITEM 5, enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

12.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

12.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista quando exigido, terá sua habilitação condicionada ao envio



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

12.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

13. RECURSO

13.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a)** ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b)** julgamento das propostas;
- c)** ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d)** anulação ou revogação da licitação.

13.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 13.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a)** a intenção de recorrer deverá ser manifestada em até 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b)** a apreciação dar-se-á em fase única.

13.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

13.6. O pedido de reconsideração ou recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a)** determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b)** revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c)** proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d)** adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

15.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 15.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a)** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b)** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

15.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e/ou previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante quando exigida.

15.7. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16. VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1 O termo inicial do contrato será a data de sua assinatura, e o final ocorrerá após o decurso de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente nos termos do art. 114 da Lei nº 14.133/2021.

17. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Desp	Fr.	Órgão	Programa de Trabalho
1230	0600	SMS	2176 - Manutenção dos Atendimentos PSF - 3390.40.00.00.000
1223	0500	SMAD	2008 - Manutenção do Departamento Administrativo de Gestão Pública - 3390.40.00.00.000
1227	0500	SMGFS	2182 - Manutenção do Depto de Compras Públicas - 3390.40.00.00.000
1225	0500	SMGFS	2025 - Manutenção do Departamento Contábil - 3390.40.00.00.000
1226	0500	SMGFS	2026 - Manutenção da Secretaria Finanças - 3390.40.00.00.000
1228	0500	SMPH	2035 - Manutenção e Melhoria no Cemitério Municipal - 3390.40.00.00.000
9527	0500	SMPH	2110 - Manutenção do Departamento Administrativo – SMPH - 3390.40.00.00.000
1229	0500	SMAMA	2510 - Manutenção da Secretaria de Agricultura - 3390.40.00.00.000



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

9616	0500	SMEC	2201 - Manutenção do Departamento Administrativo da SMEC - 3390.40.00.00.000
1218	0500	SMOISU	2030 - Manutenção Depto Administrativo - Secret. Obras - 3390.40.00.00.000
9362	0500	SMPE	2436 - Manutenção da Secretaria de Planejamento/Captação Recursos - 3390.40.00.00.000

17.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

17.3. O pagamento será efetuado mensalmente, no prazo de máximo de 10 (dez) dias após a prestação do serviço e entrega da Nota Fiscal ao setor competente.

17.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, incluídas instruções normativas ou outros instrumentos equivalentes editadas pelo Fisco Federal, Estadual e/ou Municipal.

17.5. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

18. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

18.1. A empresa contratada deverá iniciar a prestação do serviço, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após emissão da Nota de Empenho e solicitação da secretaria requisitante.

18.2. Verificada a desconformidade de algum dos produtos pelo servidor designado, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 02 (duas) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

18.3. Os serviços prestados deverão ser os mesmos indicados na proposta apresentada pela licitante vencedora, sob pena de aplicação das penalidades previstas.

18.4. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

19.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

19.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

19.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

19.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

19.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

19.1.5. Fraudar a licitação

19.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

19.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

19.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

19.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.2.1. Advertência;

19.2.2. Multa;

19.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

19.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

19.3.2. As peculiaridades do caso concreto



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

19.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

19.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

19.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

19.4.1. Para as infrações previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

19.4.2. Para as infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.6.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 19.5 do presente Edital.

19.6.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Giruá, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar em todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.1.3. caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

19.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.10.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

19.10.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.16. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.17. A sanção pelas infrações previstas nos itens 19.1.4 e 19.1.8 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

20. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

20.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: licitacoes@girua.rs.gov.br.

20.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no site da Prefeitura de Giruá e no sítio eletrônico: www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

21.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

21.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto na **Portaria nº 21.293/2024**, que “Designa Fiscais de contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) Contrato(s) celebrado(s) entre o MUNICÍPIO DE GIRUÁ e a empresas contratadas, de acordo com cada Secretaria municipal, onde está lotado o servidor, a qual passa a vigorar conforme segue”, nos termos do Art. 92, XVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4. São partes integrantes deste Edital os ANEXOS:

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO I – A – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

21.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Giruá – RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GIRUÁ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EM 18 DE OUTUBRO DE 2024, 69º ANO DA EMANCIPAÇÃO.

RUBEN WEIMER
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2024

O presente EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2024 contém em ANEXO à publicação o ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, elaborado pela Secretaria Municipal requisitante, disponíveis no site da Prefeitura de Giruá e do endereço www.pregaoonlinebanrisul.com.br, junto a publicação do Edital, sendo de responsabilidade da licitante a verificação desses arquivos, e em caso de dificuldades na abertura do arquivo solicitar pelo telefone (55) 3361-2000 ramais 223/256/233/250 ou pelo e-mail suprimentos@girua.rs.gov.br.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

ANEXO I – A

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2024

O presente EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2024 contém em ANEXO à publicação o TERMO DE REFERÊNCIA, elaborado pela Secretaria Municipal requisitante, disponíveis no site da Prefeitura de Giruá e do endereço www.pregaoonlinebanrisul.com.br, junto a publicação do Edital, sendo de responsabilidade da licitante a verificação desses arquivos, e em caso de dificuldades na abertura do arquivo solicitar pelo telefone (55) 3361-2000 ramais 223/256/233/250 ou pelo e-mail suprimentos@girua.rs.gov.br.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2024

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto do Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico Nº 075/2024, acatando todas as especificações do Edital, conforme abaixo.

a) Razão Social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail e demais dados: _____

Lote	Item	Un.	Quant.	Especificação	Valor mensal máximo	Valor total máximo
01	01	Mês	12	30819 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CONTABILIDADE PÚBLICA	R\$	R\$
	02	Mês	12	31086 - SOFTWARE EM GESTÃO MUNICIPAL - GERENCIAMENTO DE CUSTOS	R\$	R\$
	03	Mês	12	30820 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - TESOUREARIA	R\$	R\$
	04	Mês	12	30821 - SOFTWARE EM GESTÃO MUNICIPAL - TRIBUTOS MUNICIPAIS	R\$	R\$
	05	Mês	12	31087 - SOFTWARE EM GESTÃO MUNICIPAL - CONTROLE PATRIMONIAL	R\$	R\$
	06	Mês	12	31088 - SOFTWARE EM GESTÃO MUNICIPAL - PATRIMÔNIO	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

07	Mês	12	30823 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - ALMOXARIFADO	R\$	R\$
08	Mês	12	31089 - SOFTWARE EM GESTÃO MUNICIPAL - ITBIELETRÔNICO	R\$	R\$
09	Mês	12	30824 - SOFTWARE EM GESTÃO MUNICIPAL - ISS ELETRÔNICO	R\$	R\$
10	Mês	12	31090 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA	R\$	R\$
11	Mês	12	30850 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SIOPS / SIOPE	R\$	R\$
12	Mês	12	17811 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PORTAL DO CIDADÃO	R\$	R\$
13	Mês	12	31091 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CONTROLE INTERNO	R\$	R\$
14	Mês	12	31092 - SOFTWARE EM GESTÃO MUNICIPAL - PROCESSOS JURÍDICOS	R\$	R\$
15	Mês	12	31093 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PONTO ELETRÔNICO	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

16	Mês	12	30828 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - FOLHA DE PAGAMENTO	R\$	R\$
17	Mês	12	30851 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - E-SOCIAL	R\$	R\$
18	Mês	12	30833 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PORTAL DO SERVIDOR CONTRACHEQUE	R\$	R\$
19	Mês	12	31094 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PROCESSOS DIGITAIS	R\$	R\$
20	Mês	12	31095 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PROCESSOS DE ENGENHARIA	R\$	R\$
21	Mês	12	30830 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - COMPRAS E LICITAÇÕES	R\$	R\$
22	Mês	12	30831 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CONTRATOS E CONVÊNIOS	R\$	R\$
23	Mês	12	30832 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - DIÁRIAS E ADIANTAMENTOS	R\$	R\$
24	Mês	12	30834 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

25	Mês	12	30835 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - WEB SITE	R\$	R\$
26	Mês	12	30847 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PLANO PLURIANUAL - PPA	R\$	R\$
27	Mês	12	30846 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - LEIS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	R\$	R\$
28	Mês	12	31096 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	R\$	R\$
29	Mês	12	20883 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CONTROLE DA AÇÃO SOCIAL	R\$	R\$
30	Mês	12	30848 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CEMITÉRIOS	R\$	R\$
31	Mês	12	31097 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO (IPM) NA ARRECAÇÃO DO ICMS E ISS	R\$	R\$
32	Mês	12	30849 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - DESIF - AUTODECLARAÇÕES	R\$	R\$
33	Mês	12	31098 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CDAS PROTESTOS	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

34	Mês	12	31099 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - ABERTURA DE EMPRESAS ON-LINE	R\$	R\$
35	Mês	12	31100 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - ENGENHARIA DIGITAL	R\$	R\$
36	Mês	12	30844 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - FROTAS	R\$	R\$
37	Mês	12	30845 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - LICENCIAMENTO AMBIENTAL	R\$	R\$
38	Mês	12	31101 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SECRETARIA ESCOLAR	R\$	R\$
39	Mês	12	31102 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: CENTRAL DE VAGAS (INSCRIÇÕES E LISTA DE ESPERA)	R\$	R\$
40	Mês	12	31103 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CENSO ESCOLAR	R\$	R\$
41	Mês	12	31104 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - GERADOR DE GRADE DE HORÁRIO	R\$	R\$
42	Mês	12	031105 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CONTROLE DE CURSOS E EMISSÃO DE CERTIFICADOS	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

43	Mês	12	31106 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - RECONHECIMENTO FACIAL	R\$	R\$
44	Mês	12	31107 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PORTAL DE PAIS E ALUNOS	R\$	R\$
45	Mês	12	31108 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - APLICATIVO PAIS, ALUNOS E RESPONSÁVEIS	R\$	R\$
46	Mês	12	31109 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PORTAL DO PROFESSOR	R\$	R\$
47	Mês	12	31110 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PORTAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (WEBSITE)	R\$	R\$
48	Mês	12	31111 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - QUADRO FUNCIONAL	R\$	R\$
49	Mês	12	31112 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - APP MOBILE - SEGURANÇA ESCOLAR	R\$	R\$
50	Mês	12	31113 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - AGENDA DE EVENTOS E RECURSOS	R\$	R\$
51	Mês	12	31114 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - TRANSPORTE ESCOLAR	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

52	Mês	12	30836 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: PRONTUÁRIO ELETRÔNICO PEC	R\$	R\$
53	Mês	12	31115 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$	R\$
54	Mês	12	30837 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: CADASTROS	R\$	R\$
55	Mês	12	30840 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: SISTEMA DE SAÚDE ATENDIMENTOS	R\$	R\$
56	Mês	12	30838 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: VACINAS	R\$	R\$
57	Mês	12	030839 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: SISTEMA DE ESTOQUE / FARMÁCIA	R\$	R\$
58	Mês	12	31116 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CONSELHO TUTELAR	R\$	R\$
59	Mês	12	31117 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: RAAS	R\$	R\$
60	Mês	12	31118 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: FRALDAS	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

61	Mês	12	31119 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: PIM	R\$	R\$
62	Mês	12	31120 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: APLICATIVO AGENTES DE SAÚDE	R\$	R\$
63	Mês	12	31121 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	R\$	R\$
64	Mês	12	31122 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: APLICATIVO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	R\$	R\$
65	Mês	12	31123 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: APLICATIVO CONSUMO ALIMENTAR	R\$	R\$
66	Mês	12	31124 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: APLICATIVO CONSELHO TUTELAR	R\$	R\$
67	Mês	12	31125 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: APLICATIVO PACIENTE	R\$	R\$
68	Mês	12	31126 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: APLICATIVO ATIVIDADE COLETIVA	R\$	R\$
69	Mês	12	31127 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: APLICATIVO IMUNIZAÇÃO	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

70	Mês	12	31128 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SAÚDE: APLICATIVO AGENDA DE MOTORISTAS	R\$	R\$
71	Mês	12	31129 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - INTEGRADOR FINANCEIRO	R\$	R\$
72	Mês	12	31130 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - HOSPEDAGEM EM DATACENTER	R\$	R\$
73	Mês	12	31268 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CONTABILIDADE PÚBLICA CM	R\$	R\$
74	Mês	12	31270 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - TESOURARIA CM	R\$	R\$
75	Mês	12	31271 - SOFTWARE EM GESTÃO MUNICIPAL - CONTROLE PATRIMONIAL CM	R\$	R\$
76	Mês	12	31272 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - ALMOXARIFADO CM	R\$	R\$
77	Mês	12	31273 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - FOLHA DE PAGAMENTO CM	R\$	R\$
78	Mês	12	31274 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - E-SOCIAL CM	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

79	Mês	12	30833 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PORTAL DO SERVIDOR CONTRACHEQUE CM	R\$	R\$
80	Mês	12	31276 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - COMPRAS E LICITAÇÕES CM	R\$	R\$
81	Mês	12	31277 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CONTRATOS CM	R\$	R\$
82	Mês	12	31278 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA CM	R\$	R\$
83	Mês	12	31280 - SOFTWARE EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - WEB SITE CM	R\$	R\$
84	Un.	01	31149 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONTABILIDADE PÚBLICA	R\$	R\$
85	Un.	01	31150 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE GERENCIAMENTO DE CUSTOS	R\$	R\$
86	Un.	01	31151 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE TESOURARIA	R\$	R\$
87	Un.	01	31152 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE TRIBUTOS MUNICIPAIS	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

88	Un.	01	31153 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONTROLE PATRIMONIAL	R\$	R\$
89	Un.	01	31154 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PATRIMÔNIO	R\$	R\$
90	Un.	01	31155 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE ALMOXARIFADO	R\$	R\$
91	Un.	01	31156 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE ITBIELETRÔNICO	R\$	R\$
92	Un.	01	19760 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE ISS ELETRÔNICO	R\$	R\$
93	Un.	01	31157 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA	R\$	R\$
94	Un.	01	31158 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SIOPS / SIOPE	R\$	R\$
95	Un.	01	16637 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PORTAL DO CIDADÃO	R\$	R\$
96	Un.	01	31159 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONTROLE INTERNO	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

97	Un.	01	31160 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PROCESSOS JURÍDICOS	R\$	R\$
98	Un.	01	31161 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PONTO ELETRÔNICO	R\$	R\$
99	Un.	01	31162 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE FOLHA DE PAGAMENTO	R\$	R\$
100	Un.	01	31163 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE E-SOCIAL	R\$	R\$
101	Un.	01	31164 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PORTAL DO SERVIDOR CONTRACHEQUE	R\$	R\$
102	Un.	01	31165 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PROCESSOS DIGITAIS	R\$	R\$
103	Un.	01	31166 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PROCESSOS DE ENGENHARIA	R\$	R\$
104	Un.	01	31167 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE COMPRAS E LICITAÇÕES	R\$	R\$
105	Un.	01	31168 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONTRATOS E CONVÊNIOS	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

106	Un.	01	31169 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE DIÁRIAS E ADIANTAMENTOS	R\$	R\$
107	Un.	01	16638 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	R\$	R\$
108	Un.	01	31170 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE WEB SITE	R\$	R\$
109	Un.	01	31171 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PLANO PLURIANUAL - PPA	R\$	R\$
110	Un.	01	31172 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE LEIS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	R\$	R\$
111	Un.	01	31173 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	R\$	R\$
112	Un.	01	20884 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONTROLE DA AÇÃO SOCIAL	R\$	R\$
113	Un.	01	31174 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CEMITÉRIOS	R\$	R\$
114	Un.	01	31175 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO (IPM) NA ARRECADAÇÃO DO ICMS E ISS	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

115	Un.	01	31176 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE DESIF - AUTODECLARAÇÕES	R\$	R\$
116	Un.	01	31177 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CDAS PROTESTOS	R\$	R\$
117	Un.	01	31178 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE ABERTURA DE EMPRESAS ON-LINE	R\$	R\$
118	Un.	01	31179 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE ENGENHARIA DIGITAL	R\$	R\$
119	Un.	01	18359 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE FROTAS	R\$	R\$
120	Un.	01	31180 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	R\$	R\$
121	Un.	01	31181 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SECRETARIA ESCOLAR	R\$	R\$
122	Un.	01	26290 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CENTRAL DE VAGAS (INSCRIÇÕES E LISTA DE ESPERA)	R\$	R\$
123	Un.	01	26282 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CENSO ESCOLAR	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

124	Un.	01	31182 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE GERADOR DE GRADE DE HORÁRIO	R\$	R\$
125	Un.	01	31183 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONTROLE DE CURSOS E EMISSÃO DE CERTIFICADOS	R\$	R\$
126	Un.	01	31184 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE RECONHECIMENTO FACIAL	R\$	R\$
127	Un.	01	31185 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PORTAL DE PAIS E ALUNOS	R\$	R\$
128	Un.	01	31186 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE APLICATIVO PAIS, ALUNOS E RESPONSÁVEIS	R\$	R\$
129	Un.	01	31187 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PORTAL DO PROFESSOR	R\$	R\$
130	Un.	01	31188 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PORTAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (WEBSITE)	R\$	R\$
131	Un.	01	31189 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE QUADRO FUNCIONAL	R\$	R\$
132	Un.	01	31190 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE APP MOBILE - SEGURANÇA ESCOLAR	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

133	Un.	01	31191 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE AGENDA DE EVENTOS E RECURSOS	R\$	R\$
134	Un.	01	31192 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE TRANSPORTE ESCOLAR	R\$	R\$
135	Un.	01	31193 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: PRONTUÁRIO ELETRÔNICO PEC	R\$	R\$
136	Un.	01	31194 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$	R\$
137	Un.	01	31195 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: CADASTROS	R\$	R\$
138	Un.	01	31196 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: SISTEMA DE SAÚDE ATENDIMENTOS	R\$	R\$
139	Un.	01	31197 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: VACINAS	R\$	R\$
140	Un.	01	31198 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: SISTEMA DE ESTOQUE / FARMÁCIA	R\$	R\$
141	Un.	01	31199 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONSELHO TUTELAR	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

142	Un.	01	31200 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: RAAS	R\$	R\$
143	Un.	01	31201 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: FRALDAS	R\$	R\$
144	Un.	01	31202 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: PIM	R\$	R\$
145	Un.	01	31203 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: APLICATIVO AGENTES DE SAÚDE	R\$	R\$
146	Un.	01	31204 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	R\$	R\$
147	Un.	01	31205 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: APLICATIVO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	R\$	R\$
148	Un.	01	31206 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: APLICATIVO CONSUMO ALIMENTAR	R\$	R\$
149	Un.	01	31207 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: APLICATIVO CONSELHO TUTELAR	R\$	R\$
150	Un.	01	31208 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: APLICATIVO PACIENTE	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

151	Un.	01	31209 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: APLICATIVO ATIVIDADE COLETIVA	R\$	R\$
152	Un.	01	31213 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: APLICATIVO IMUNIZAÇÃO	R\$	R\$
153	Un.	01	31214 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE SAÚDE: APLICATIVO AGENDA DE MOTORISTAS	R\$	R\$
154	Un.	01	31215 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE INTEGRADOR FINANCEIRO	R\$	R\$
155	Un.	01	31216 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE HOSPEDAGEM EM DATACENTER	R\$	R\$
156	Un.	01	31281 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONTABILIDADE PÚBLICA CM	R\$	R\$
157	Un.	01	31282 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE TESOUREARIA CM	R\$	R\$
158	Un.	01	31284 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONTROLE PATRIMONIAL CM	R\$	R\$
159	Un.	01	31285 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE ALMOXARIFADO CM	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

160	Un.	01	31286 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE FOLHA DE PAGAMENTO CM	R\$	R\$
161	Un.	01	31287 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE E-SOCIAL CM	R\$	R\$
162	Un.	01	31288 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PORTAL DO SERVIDOR CONTRACHEQUE CM	R\$	R\$
163	Un.	01	31289 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE COMPRAS E LICITAÇÕES CM	R\$	R\$
164	Un.	01	31290 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE CONTRATOS CM	R\$	R\$
165	Un.	01	31291 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA CM	R\$	R\$
166	Un.	01	31292 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - SOFTWARE WEB SITE CM	R\$	R\$

b) Preço total: _____

c) O preenchimento do presente ANEXO acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no Edital.

d) Afirmamos que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de sua entrega em definitivo.

Local e data.

Nome e assinatura do Representante Legal
e Carimbo/CNPJ da empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2024

A empresa _____ CNPJ nº _____, através de seu representante legal, Sr. _____, CPF _____, **DECLARA** sob as penas da Lei, que:

a) Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, não havendo fatos impeditivos de sua participação nas licitações da Prefeitura de Giruá, bem como comunicará qualquer fato superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista, e econômico-financeira.

b) Não possui em seu quadro de pessoal, empregado ou associado menor de dezoito anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e/ou menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art 7º, inc XXXIII, da Constituição Federal;

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos na condição de aprendiz.

() Sim

() Não

Obs: Em caso afirmativo assinalar a ressalva acima.

c) Não possui em seu quadro societário servidor público da ativa do Município de Giruá – RS, bem como não se enquadra nos demais impedimentos do art 14, inc IV c/c art 48, parágrafo único c/c art 122 § 3º da Lei 14.133/2021.

d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art 63, inc IV da Lei 14.133/2021.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Local e data.

Nome e assinatura do Representante Legal
e Carimbo/CNPJ da empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2024

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob N.º _____, com sede na Rua _____, na cidade _____, DECLARA sob as penas da lei e para fins de direito ao uso dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, que a empresa acima identificada se enquadra como:

- () Microempresa
() Empresa de Pequeno Porte
() Cooperativa, com receita bruta até o limite de R\$ 4.800.000,00, e esta de acordo com o art. 34 da lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007.

Outrossim, declaramos que no corrente exercício financeiro não celebramos contratos administrativos que em conjunto superem os valores do limite do enquadramento da empresa enquanto “empresa de pequeno porte” (Art. 3º, II, Lei Complementar nº 123/06), cumprindo, assim, a condição do Art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Local e data.

Assinatura do Contador(a) (Nome Completo, Registro no CRC e CPF)
ou assinatura do Representante Legal da Empresa (Nome completo e CPF)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2024

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE INFORMÁTICA, PARA A LOCAÇÃO DE LICENÇA POR “CESSÃO DE USO” E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, COM ACOMPANHAMENTO PERMANENTE DO SISTEMA INTEGRADO PARA A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DE PESSOAL

Ref. PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2024

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE GIRUÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 87.613.048/0001-53, com sede e administração na Rua Independência, Nº 90, Bairro Centro, nesta cidade de Giruá – RS, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal Sr. RUBEN WEIMER**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE;

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ sob Nº _____, com sede na _____, Bairro _____, na cidade de _____, CEP _____, Telefone _____, E-mail _____, neste ato representada por seu **representante legal Sr. _____**, doravante denominado simplesmente CONTRATADO.

Tendo em vista o que consta no presente processo e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Licitatório modalidade Pregão Eletrônico Nº 063/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente documento a contratação de empresa de informática, para a locação de licença por “Cessão de uso” e serviços de manutenção e suporte técnico, com acompanhamento permanente do Sistema Integrado para a Gestão Pública Municipal, migração e treinamento de pessoal, conforme segue:

Lote	Item	Un.	Quant.	Especificação	Valor unitário	Valor total
						Valor total contratado: R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O termo inicial do contrato será a data de sua assinatura, e o final ocorrerá após o decurso de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente nos termos do art. 114 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência anexo a este Contrato, bem como nas cláusulas oitava e nona, abaixo presentes.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

5.1.1. A Contratante pagará à Contratada, pelo fornecimento dos itens descritos na cláusula primeira, o valor total de R\$ ____.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será efetuado em depósito bancário na conta indicada pela contratada ou através de boleto bancário.

5.2.2. A Contratada obriga-se a informar os dados bancários para depósito no corpo da Nota Fiscal emitida, quando esta não acompanhar boleto bancário.

5.2.3. A Contratada ficará responsável pelo pagamento da taxa de transferência bancária (TED), quando a unidade bancária indicada para pagamento for distinta daquela utilizada pela Contratante.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado mensalmente no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do contrato administrativo firmado e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

5.4.3. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

5.4.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal e/ou de débitos trabalhistas.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ____ / ____ / 2024.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação municipal então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.1.9. Em caso de contratação de projeto e/ou serviço técnico especializado, comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.2. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

- 8.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Termo de Referência, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.1.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Ocorrendo a notificação de que trata o item 5.4.7, deverá o Contratado providenciar as regularizações necessárias e encaminhar resposta escrita na forma e prazo estipulados, ou apresentar sua defesa;
- 8.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 8.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 8.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.1.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 8.1.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.1.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 8.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.1.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação na contratação direta;
- 8.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 8.1.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único), em sendo empresa com cem ou mais empregados nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/91. Em caso de ser empresa com menos de cem empregados, prestar declaração de tal condição, sob pena de responsabilização em caso de inveracidade da declaração;
- 8.1.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.1.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.10 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

- 1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**;
- 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.
- 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
- 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato.
- 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.
- 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

11.3.3 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.5 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.6 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária do Município deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

Desp	Fr.	Órgão	Programa de Trabalho
1230	0600	SMS	2176 - Manutenção dos Atendimentos PSF - 3390.40.00.00.000
1223	0500	SMAD	2008 - Manutenção do Departamento Administrativo de Gestão Pública - 3390.40.00.00.000
1227	0500	SMGFS	2182 - Manutenção do Depto de Compras Públicas - 3390.40.00.00.000
1225	0500	SMGFS	2025 - Manutenção do Departamento Contábil - 3390.40.00.00.000
1226	0500	SMGFS	2026 - Manutenção da Secretaria Finanças - 3390.40.00.00.000
1228	0500	SMPH	2035 - Manutenção e Melhoria no Cemitério Municipal - 3390.40.00.00.000
9527	0500	SMPH	2110 - Manutenção do Departamento Administrativo – SMPH - 3390.40.00.00.000
1229	0500	SMAMA	2510 - Manutenção da Secretaria de Agricultura - 3390.40.00.00.000
9616	0500	SMEC	2201 - Manutenção do Departamento Administrativo da SMEC - 3390.40.00.00.000
1218	0500	SMOISU	2030 - Manutenção Depto Administrativo - Secret. Obras - 3390.40.00.00.000
9362	0500	SMPE	2436 - Manutenção da Secretaria de Planejamento/Captação Recursos - 3390.40.00.00.000

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE GIRUÁ
“CAPITAL DA PRODUTIVIDADE”
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS
SETOR DE SUPRIMENTOS

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Giruá, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

17.2. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas e que também o subscrevem.

Giruá – RS, ____ de _____ de 2024.

RUBEN WEIMER
Prefeito Municipal

Contratada

Visto da Procuradoria Jurídica

Testemunhas:

Nome completo e CPF:

Nome completo e CPF: